ISSN: 2358-8829

# O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DOS ESTUDANTES ATÍPICOS NO MUNICÍPIO DE CUMARU-PE

Maria Joelma da Silva[1]
Lenice Alexandre da Silva[2]
Gerlane Galino Borba[3]
José Victor Bento da Silva[4]
Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva [5]

## RESUMO

O presente artigo busca esclarecer questões relacionadas ao desenvolvimento dos estudantes atípicos no ambiente escolar. Sendo assim, o objetivo geral desse estudo é averiguar como o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita diante da autonomia, contribui para o processo de alfabetização e letramento dos estudantes atípicos no município de Cumaru-PE. A pesquisa optou por uma metodologia diante da abordagem qualitativa, com procedimentos bibliográficos e pesquisa de campo no ensino fundamental nos anos inicias em uma escola da rede municipal de uma cidade do agreste pernambucano. Para a coleta dos dados foi utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas e entrevistas semiestruturadas com docentes relacionadas ao desenvolvimento da autonomia e às habilidades de leitura e escrita dos estudantes atípicos. Os dados foram tratados por meio de triangulação, articulando falas, e referencial teórico. Os resultados evidenciam que os professores possuem uma compreensão ampliada sobre os estudantes atípicos tornando a educação inclusiva com práticas pedagógicas adaptadas e reconhecem a diversidade como marca da escola, mas apontam lacunas na formação inicial e a necessidade de formações continuadas mais sistemáticas, práticas e contextualizadas. Apontam-se práticas que já caminham na diretriz da inclusão e adaptação curricular, uso de recursos variados, incentivo à cooperação, cuidado com o vínculo coexistindo com desafios como turmas numerosas, falta de tempo, escassez de recursos e barreiras atitudinais. Conclui-se que a escola encontra-se em evolução da educação inclusiva, e que o fortalecimento da formação docente, do trabalho colaborativo e do apoio institucional se apresenta como condição primordial para consolidar práticas pedagógicas mais justas, acolhedoras e transformadoras aos estudantes atípicos.

**Palavras-chave:** Alfabetização, Letramento, Inclusão, Práticas pedagógicas.

## INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos principais desafios e, ao mesmo tempo, uma importante possibilidade de transformação da escola contemporânea. A presença de

[1] Mestranda pela Christian Business School-CBS, netojoelma41@gmail.com;
[2] Mestranda pela Christian Business School-CBS, lenicealexandredasilval@gmail.com;
[3] Mestranda pela Christian Business School-CBS, galinogrlane@gmail.com;
[4] Mestrando pela Christian Business School-CBS, bentojosevictor@gmail.com;
[5] Professora orientadora: Doutora em Ciências da Educação, pela Universidade Federal de AlagoasUFAL, rozineide.pereira1975@gmail.com.

estudantes com diferentes características, necessidades, ritmos e formas de aprendizagem exige que o ambiente escolar reconheça e valorize a diversidade, garantindo condições para que todos participem do processo educativo e desenvolvam suas potencialidades. Nesse contexto, a inclusão não deve ser compreendida apenas como a presença do estudante na escola, mas como a construção de práticas que favoreçam sua participação, aprendizagem, interação social e autonomia.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a alfabetização e o letramento assumem papel fundamental. Aprender a ler e escrever não significa apenas dominar letras e palavras, mas compreender e utilizar a linguagem escrita em diferentes situações sociais. Para os estudantes atípicos, esse processo pode envolver necessidades específicas relacionadas à comunicação, ao ritmo de aprendizagem, à atenção e à interação. Dessa forma, torna-se necessário utilizar estratégias diversificadas, recursos acessíveis e metodologias que respeitem as particularidades de cada estudante.

Segundo Soares (2020), a alfabetização está relacionada à apropriação do sistema de escrita alfabética, enquanto o letramento envolve a utilização da leitura e da escrita em práticas sociais. Assim, alfabetizar e letrar são processos que precisam ocorrer de maneira articulada, permitindo ao estudante não apenas decodificar palavras, mas compreender textos e utilizar a escrita para comunicar-se e participar socialmente. Para os estudantes atípicos, essa perspectiva contribui para valorizar suas possibilidades de aprendizagem e superar uma visão centrada apenas nas dificuldades.

A construção da autonomia também ocupa lugar importante nesse processo. Desenvolver autonomia significa oferecer oportunidades para que o estudante realize atividades, faça escolhas, expresse necessidades e participe das experiências escolares. Nesse sentido, práticas de leitura e escrita podem contribuir tanto para o desenvolvimento acadêmico quanto para a independência e a participação social. Reconhecer o próprio nome, identificar informações, escrever palavras do cotidiano, interpretar imagens e comunicar-se por diferentes meios são exemplos de aprendizagens que podem favorecer esse desenvolvimento.

A atuação docente é fundamental para a construção de uma escola efetivamente inclusiva. O professor precisa reconhecer as características e potencialidades dos estudantes e planejar situações de aprendizagem que possibilitem diferentes formas de participação. A adaptação de atividades e o uso de jogos, imagens, materiais concretos,

recursos tecnológicos, histórias, músicas e atividades colaborativas podem tornar o processo de alfabetização mais significativo e acessível.

De acordo com Mantoan (2015), a inclusão escolar implica transformar a escola para atender à diversidade, reconhecendo que todos têm direito de aprender e participar das experiências educativas. Dessa maneira, as dificuldades encontradas pelos estudantes precisam ser compreendidas também a partir das condições pedagógicas, institucionais e sociais oferecidas pela escola.

A legislação brasileira reforça esse direito. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência assegura um sistema educacional inclusivo, garantindo condições de acesso, participação, aprendizagem e desenvolvimento. A Base Nacional Comum Curricular também orienta uma educação comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes e com a valorização das diferenças (Brasil, 2018).

Nos anos iniciais, essas questões ganham ainda maior importância, considerando que esse período é fundamental para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Um ambiente acolhedor, professores preparados e estratégias adequadas podem ampliar as possibilidades de aprendizagem e participação. Em contrapartida, a falta de recursos, a insuficiência da formação docente, as turmas numerosas e a ausência de acompanhamento especializado podem dificultar a efetivação das práticas inclusivas.

Diante dessa realidade, torna-se importante compreender como os professores desenvolvem práticas voltadas aos estudantes atípicos, especialmente em relação à alfabetização, ao letramento e à construção da autonomia. A análise dessas práticas permite identificar experiências positivas, dificuldades e possibilidades de aperfeiçoamento do trabalho pedagógico, considerando que a inclusão depende da participação dos professores, da gestão, das famílias, dos profissionais de apoio e das políticas educacionais.

É nesse contexto que se insere o presente estudo, desenvolvido no município de Cumaru-PE, com foco no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita e sua relação com a autonomia dos estudantes atípicos nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Parte-se da compreensão de que cada estudante possui diferentes formas de aprender e que a escola deve criar condições para respeitar essas diferenças.

Assim, o objetivo geral deste estudo é averiguar como o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita diante da autonomia, contribui para o processo de alfabetização e letramento dos estudantes atípicos no município de Cumaru-PE. Como

objetivos específicos, busca-se compreender as práticas pedagógicas utilizadas pelos docentes; identificar as principais dificuldades encontradas no processo de alfabetização e letramento; verificar de que maneira as atividades favorecem a autonomia; e refletir sobre a importância da formação continuada e do apoio institucional para o fortalecimento das práticas inclusivas.

A relevância deste estudo está na necessidade de ampliar as discussões sobre uma educação que reconheça as diferenças e assegure oportunidades de aprendizagem para todos. Investigar a realidade dos estudantes atípicos e dos professores nos anos iniciais permite dar visibilidade aos desafios e às estratégias construídas no cotidiano escolar. Espera-se, portanto, contribuir para a reflexão sobre práticas pedagógicas mais inclusivas, humanizadas e significativas, fortalecendo o direito de cada estudante de aprender, participar e desenvolver sua autonomia.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida com o propósito de analisar como o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, articulado à construção da autonomia, contribui para o processo de alfabetização e letramento de estudantes atípicos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no município de Cumaru-PE. Para alcançar os objetivos propostos, optou-se por uma abordagem qualitativa, por possibilitar a compreensão de experiências, percepções, práticas pedagógicas e desafios vivenciados no contexto educacional.

De acordo com Minayo (2014), a pesquisa qualitativa trabalha com significados, valores, crenças, atitudes e experiências, buscando compreender os fenômenos a partir da realidade social em que estão inseridos. Essa abordagem mostrou-se adequada ao estudo, pois permitiu compreender as práticas docentes relacionadas à leitura, à escrita, à alfabetização, ao letramento e à autonomia dos estudantes atípicos.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa foi constituída por estudo bibliográfico e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica possibilitou a aproximação com produções científicas sobre educação inclusiva, alfabetização, letramento, autonomia, formação docente e práticas pedagógicas. Foram consultados livros, artigos científicos, documentos oficiais, legislações educacionais e outros materiais relevantes. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica parte de materiais já elaborados, especialmente livros e artigos

científicos, contribuindo para o conhecimento das diferentes perspectivas sobre determinado tema.

A pesquisa de campo foi realizada em uma escola da rede municipal de ensino localizada em Cumaru-PE, contemplando os anos iniciais do Ensino Fundamental. Participaram docentes com experiência no atendimento e acompanhamento de estudantes atípicos, possibilitando conhecer suas percepções sobre inclusão, alfabetização, letramento, adaptações pedagógicas e dificuldades encontradas no cotidiano escolar.

Para a coleta de dados, foram utilizados um questionário com perguntas abertas e fechadas e entrevistas semiestruturadas. O questionário buscou reunir informações sobre a formação dos professores, experiências com estudantes atípicos, estratégias de leitura e escrita, recursos utilizados e dificuldades encontradas. As entrevistas possibilitaram aprofundar essas questões, permitindo aos participantes relatarem suas experiências e percepções de forma mais livre. Para Gil (2019), a entrevista é uma importante técnica de coleta de dados nas pesquisas sociais, pois possibilita obter informações sobre conhecimentos, experiências e percepções dos sujeitos.

Os instrumentos foram organizados a partir de eixos relacionados à educação inclusiva, alfabetização e letramento, práticas de leitura e escrita, construção da autonomia, adaptações curriculares e metodológicas, recursos pedagógicos, formação docente, dificuldades encontradas e apoio institucional. As informações obtidas possibilitaram relacionar os conhecimentos teóricos às práticas desenvolvidas no ambiente escolar.

Para a análise dos dados, as informações foram organizadas em categorias temáticas, considerando os principais aspectos apresentados pelos participantes. As respostas dos questionários e das entrevistas foram analisadas de forma interpretativa, buscando identificar aproximações, diferenças, dificuldades e possibilidades presentes nas falas dos docentes. Também foi utilizada a triangulação, articulando os dados obtidos nos instrumentos de pesquisa com o referencial teórico e os documentos relacionados à educação inclusiva.

Foram respeitados os princípios éticos durante todas as etapas da pesquisa. Os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e sobre a utilização das informações para fins acadêmicos. Para preservar suas identidades, os docentes foram identificados por códigos, como P1, P2, P3 e assim sucessivamente.

Por fim, a metodologia adotada possibilitou compreender aspectos relacionados à alfabetização e ao letramento dos estudantes atípicos, evidenciando práticas que favorecem a participação e a autonomia, bem como os desafios enfrentados pelos professores. A articulação entre pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo contribuiu para uma análise mais ampla da realidade investigada, destacando a importância da formação docente, do planejamento, da adaptação das atividades, dos recursos diversificados e do apoio institucional para o fortalecimento da educação inclusiva.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que todos os estudantes possuem direito à educação, à participação e à aprendizagem, independentemente de suas características individuais, condições de aprendizagem ou necessidades específicas. Nessa perspectiva, a escola precisa organizar suas práticas de modo a acolher a diversidade existente em seu cotidiano, criando condições para que os estudantes participem efetivamente das experiências educativas.

A inclusão escolar não pode ser compreendida somente como a presença do estudante na sala de aula. É necessário garantir sua participação nas atividades, interação com os colegas, acesso aos conhecimentos e desenvolvimento de suas potencialidades. Para Mantoan (2015), a inclusão implica uma transformação da escola, de modo que esta reconheça as diferenças entre os estudantes e organize suas práticas para atender à diversidade.

Essa compreensão também está presente na legislação brasileira. A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, estabelece que a educação deve assegurar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem. A legislação reforça a responsabilidade do poder público, das instituições de ensino e da sociedade na construção de sistemas educacionais inclusivos (Brasil, 2015).

A alfabetização representa uma etapa fundamental da escolarização, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. É nesse período que os estudantes desenvolvem conhecimentos relacionados ao sistema de escrita, ampliando progressivamente suas possibilidades de leitura e produção escrita. Entretanto, o processo de aprendizagem da língua escrita não deve estar limitado à memorização de letras, sílabas e palavras.

ISSN: 2358-8829

Soares (2020) diferencia alfabetização e letramento, compreendendo a alfabetização como a apropriação do sistema de escrita alfabética e o letramento como a inserção do indivíduo nas práticas sociais de leitura e escrita. Apesar das diferenças conceituais, os dois processos precisam ocorrer de maneira articulada, pois aprender a ler e escrever envolve tanto o domínio do sistema de escrita quanto a capacidade de utilizá-lo em situações concretas.

A leitura e a escrita possuem uma função que ultrapassa o espaço escolar. Saber ler e escrever possibilita ao indivíduo ampliar sua participação social, comunicar-se, compreender informações, realizar escolhas e desenvolver maior independência nas situações cotidianas.

Freire (1989) defende que a leitura da palavra está relacionada à leitura do mundo. Antes mesmo de dominar plenamente a escrita, o sujeito interpreta situações, imagens, experiências e relações presentes em seu cotidiano. Essa concepção contribui para compreender a alfabetização como um processo relacionado à realidade e às experiências dos estudantes.

Nesse sentido, as atividades de leitura e escrita direcionadas aos estudantes atípicos devem estar relacionadas a situações que façam sentido para sua vida. Identificar o próprio nome, reconhecer placas, compreender uma lista de compras, interpretar imagens, escrever pequenos registros, identificar informações importantes e utilizar diferentes formas de comunicação são exemplos de experiências que podem favorecer tanto a aprendizagem quanto a autonomia.

A efetivação da educação inclusiva depende diretamente das práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar. Uma escola inclusiva precisa oferecer condições para que os estudantes participem das atividades, tenham acesso ao currículo e encontrem diferentes formas de demonstrar aquilo que aprenderam.

Mantoan (2015) afirma que a inclusão exige mudanças na organização escolar e nas formas tradicionais de ensinar. Dessa maneira, não basta matricular o estudante e mantê-lo na sala de aula; é necessário repensar estratégias, recursos, tempos e formas de avaliação para atender às diferentes necessidades presentes no ambiente educativo.

Nesse cenário, o professor assume uma função de mediador da aprendizagem. Seu trabalho envolve conhecer os estudantes, observar seus avanços, identificar dificuldades e organizar propostas que possibilitem diferentes formas de participação. A adaptação de atividades não deve significar a retirada do estudante do processo de aprendizagem, mas

a criação de condições para que ele tenha acesso aos conhecimentos trabalhados pela turma.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos por meio dos questionários e das entrevistas com os docentes possibilitaram compreender aspectos relacionados à alfabetização, ao letramento e ao desenvolvimento da autonomia dos estudantes atípicos nos anos iniciais do Ensino Fundamental. De modo geral, os professores demonstraram reconhecer a importância da educação inclusiva e relataram o uso de estratégias adaptadas para favorecer a participação e a aprendizagem. Entretanto, também foram identificadas dificuldades relacionadas à formação docente, à falta de recursos, ao tempo para planejamento e às condições de trabalho.

### Compreensão dos docentes sobre a inclusão

Os professores P1, P2, P3 demonstraram compreender que os estudantes possuem diferentes ritmos, necessidades e formas de aprendizagem, reconhecendo a importância de considerar essas características no planejamento pedagógico. Para os participantes, a inclusão vai além da presença do estudante na escola, sendo necessário garantir sua participação, aprendizagem e interação.

Essa compreensão aproxima-se de Mantoan (2015), que defende a transformação da escola para atender à diversidade. Assim, percebe-se que os docentes apresentam uma visão ampliada da inclusão, embora ainda existam dificuldades para transformar essa concepção em práticas sistemáticas.

### Práticas pedagógicas e alfabetização

Os docentes P1, P2, P3 relataram a utilização de imagens, jogos, histórias, músicas, materiais concretos e atividades individuais e coletivas para favorecer a aprendizagem (Professores, 2026). Também destacaram a necessidade de adaptar propostas de acordo com as características e o ritmo de cada estudante.

Essas práticas contribuem para tornar a alfabetização mais significativa e acessível. Segundo Soares (2020), alfabetização e letramento devem estar articulados, possibilitando não apenas o domínio da escrita, mas também sua utilização em diferentes práticas sociais. Dessa forma, atividades relacionadas ao cotidiano, como leitura de

nomes, palavras, imagens e pequenos textos, podem favorecer o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

Os professores também destacaram a importância de valorizar pequenos avanços, como reconhecer letras, identificar o próprio nome, escrever palavras e compreender imagens. Essas conquistas podem fortalecer a motivação e a participação dos estudantes.

**Leitura, escrita e autonomia**

Os resultados evidenciaram uma relação significativa entre o desenvolvimento da leitura e da escrita e a construção da autonomia. Os docentes P1, P2, P3 “relataram que atividades relacionadas ao cotidiano podem ajudar os estudantes a comunicar necessidades, fazer escolhas, compreender instruções e realizar tarefas com maior independência” (Professores, 2026).

A perspectiva de Vygotsky (2007) contribui para essa compreensão ao destacar a importância da interação social e da mediação no desenvolvimento. Nesse sentido, o estudante pode inicialmente necessitar de apoio para realizar determinada atividade e, gradualmente, desenvolver maior autonomia.

Assim, a autonomia não significa ausência de ajuda, mas um processo progressivo no qual o apoio do professor contribui para que o estudante conquiste novas possibilidades de participação e aprendizagem.

**Adaptação das atividades e formação docente**

Os participantes P1, P2, P3 relataram realizar adaptações relacionadas à apresentação das atividades, à quantidade de exercícios e ao uso de recursos visuais e concretos (Professores, 2026). Entretanto, apontaram dificuldades para realizar esse trabalho de forma sistemática, principalmente devido às turmas numerosas, ao pouco tempo para planejamento e à insuficiência de recursos.

Outro aspecto destacado foi a necessidade de formação continuada. Embora os professores busquem estratégias por meio de suas experiências e da troca com colegas, reconhecem a importância de formações mais práticas e contextualizadas. Para Freire (1996), a reflexão sobre a prática é fundamental para a formação docente, permitindo ao professor analisar suas ações e buscar novas possibilidades.

**Desafios e possibilidades**

Os professores P1, P2, P3 pontuaram que entre os principais desafios identificados estão a falta de recursos pedagógicos, o número elevado de estudantes por turma, o tempo reduzido para planejamento individualizado, as lacunas na formação profissional e a

necessidade de maior apoio institucional (Professores, 2026). Também foram mencionadas barreiras atitudinais, demonstrando que a inclusão depende tanto de recursos quanto de uma cultura escolar baseada no respeito e na valorização das diferenças.

Apesar dessas dificuldades, os resultados evidenciaram práticas positivas, como o uso de recursos diversificados, a valorização dos avanços individuais, a cooperação entre os estudantes e a preocupação dos professores com o vínculo e a participação.

De modo geral, os resultados demonstram que a escola investigada está em processo de fortalecimento das práticas inclusivas. A alfabetização e o letramento dos estudantes atípicos precisam ser desenvolvidos de forma articulada à autonomia, à participação e às experiências cotidianas. Para isso, torna-se necessário fortalecer a formação docente, o planejamento, o trabalho colaborativo e o apoio institucional, garantindo condições para que esses estudantes possam aprender, participar e desenvolver progressivamente sua autonomia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar como o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, articulado à construção da autonomia, contribui para o processo de alfabetização e letramento dos estudantes atípicos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no município de Cumaru-PE. A partir da pesquisa bibliográfica e de campo, foi possível compreender que a inclusão escolar envolve não apenas o acesso e a permanência dos estudantes, mas também a garantia de condições para sua participação, aprendizagem e desenvolvimento.

Os resultados evidenciaram que os docentes reconhecem a importância da educação inclusiva e compreendem que os estudantes apresentam diferentes ritmos, características e formas de aprender. As práticas relatadas demonstram esforços para adaptar atividades, utilizar recursos diversificados e criar situações que favoreçam a participação dos estudantes atípicos, contribuindo para uma escola mais acolhedora e comprometida com a diversidade.

No processo de alfabetização e letramento, observou-se a importância de desenvolver a leitura e a escrita de forma significativa, considerando as experiências e possibilidades de cada estudante. O uso de imagens, histórias, jogos, músicas, materiais

concretos e atividades relacionadas ao cotidiano pode favorecer a aprendizagem e ampliar as oportunidades de participação. Dessa forma, alfabetizar não significa apenas dominar o código escrito, mas também utilizar a leitura e a escrita em diferentes situações sociais.

A pesquisa também evidenciou a relação entre alfabetização, letramento e autonomia. O desenvolvimento da leitura e da escrita pode contribuir para que os estudantes compreendam informações, expressem necessidades, façam escolhas e realizem atividades com maior independência. Esse processo deve ocorrer gradualmente, por meio da mediação do professor e das interações estabelecidas no ambiente escolar.

Apesar dos avanços, foram identificados desafios relacionados às lacunas na formação docente, à necessidade de formação continuada, à falta de recursos pedagógicos, às turmas numerosas, ao tempo reduzido para planejamento e à necessidade de maior apoio institucional. Esses fatores podem dificultar a realização de práticas inclusivas de forma contínua e planejada.

Nesse sentido, a responsabilidade pela inclusão não deve ser atribuída exclusivamente ao professor. A construção de uma escola inclusiva requer a participação da gestão, das famílias, dos profissionais de apoio e das políticas públicas, garantindo condições de trabalho, recursos adequados, formação continuada e espaços de planejamento e diálogo.

Conclui-se que a escola investigada apresenta avanços na construção de práticas inclusivas, especialmente pela disposição dos professores em adaptar atividades, utilizar diferentes recursos e valorizar as potencialidades dos estudantes. Entretanto, a consolidação de uma inclusão efetiva depende do fortalecimento das condições pedagógicas e institucionais.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar as reflexões sobre a educação inclusiva em Cumaru-PE e incentive práticas pedagógicas mais acolhedoras, acessíveis e significativas. Investir na formação docente, no trabalho colaborativo, nos recursos pedagógicos e no apoio institucional é fundamental para garantir que os estudantes atípicos tenham assegurado o direito de aprender, participar, desenvolver sua autonomia e exercer sua cidadania.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.